



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.  
CEP: 70670350 - Telefone: (61) 3341-9411 – Fax: (61) 3341-9482

## **EDITAL**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2011**

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, torna público por intermédio do Pregoeiro, designada pela Portaria nº 618, de 26 de novembro de 2010, publicada no D.O.U. de 30 de novembro de 2010, que realizará licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL por grupo/item**, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nº. 3.555, de 8 agosto de 2000, (alterado pelo Decreto nº. 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Decreto nº. 3.784, de 6 de abril de 2001), nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº. 2.271/97, IN nº. 02/2008, atualizada, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 3, de 15 de outubro de 2009 e Portarias nºs 22, de 11/10/2010; 18, de 02/09/2010 e 15, de 01/04/2011-SLTI/MPOG; Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, bem como as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e no **Processo nº 02070.002963/2011-19**.

**DATA: 07/12/2011**

**HORÁRIO: 10h00m**

**LOCAL :** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

## **1 – DO OBJETO**

**1.1** O presente objeto é a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada, de forma contínua, para atender às demandas das Sedes Administrativas das Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – **ICMBio**, de acordo com o Termo de Referência.

**1.2** Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b>	Termo de Referência.
<b>ANEXO I/A</b>	Planilha comparativa de preços
<b>ANEXO II</b>	Planilhas de composição de preços.
<b>ANEXO III</b>	Modelo de Declaração de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98)
<b>ANEXO IV</b>	Autorização para depósito em conta vinculada. IN SLTI/MPOG nº 3/2009
<b>ANEXO V</b>	Autorização para desconto e depósito do FGTS nas contas vinculadas dos empregados e para pagamento de salários diretamente nas contas correntes. IN SLTI/MPOG nº 3/2009
<b>ANEXO VI</b>	Modelo de Declaração de Vistoria
<b>ANEXO VII</b>	Minuta de Contrato
<b>ANEXO VIII</b>	Termo de Conciliação Judicial

## **2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1** Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas cujas atividades tenham pertinência com o ramo do objeto licitado, que estejam obrigatoriamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a Instrução Normativa MARE nº. 5, de 1995, e que atendam a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto ao prévio credenciamento, na forma do item 3.

**2.1.1** as empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas (Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº. 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº. 4.485/2002);

**2.2** Não poderão participar desta licitação as empresas interessadas que se encontrem em processo de falência, recuperação, dissolução, fusão, cisão ou incorporação, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ICMBio** ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, e empresas constituídas na forma de fundação, consórcio ou cooperativa.

### **3 – DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**3.2** Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica. (Art. 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

**3.3** O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

**3.4** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão. (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

**3.5** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio promotora da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

### **4 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**4.1** A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 13, Inciso III, do Decreto nº. 5.450/2005).

**4.2** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (Art. 13, Inciso IV, do Decreto nº. 5.450/2005).

**4.3** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão encaminhar as propostas com a descrição do objeto ofertado e o preço com valores unitários e totais, e, o respectivo anexo, (Planilha de Custos e Formação de Preços) até a data e hora marcadas para abertura da sessão, ou seja, às **10:00h do dia 07/12/2011**, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art.21, do Decreto nº. 5.450/2005).

**4.4** A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante (Art. 21, § 1º, do Decreto nº. 5.450/2005).

**4.5** Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 21, § 2º, do Decreto nº. 5.450/2005).

**4.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no edital (Art. 21, § 3º, do Decreto nº. 5.450/2005).

**4.7** Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (Art. 21, § 4º, do Decreto nº. 5.450/2005).

**4.8** Concluída a etapa de lances a empresa detentora do menor lance, deverá encaminhar sua proposta, contendo as especificações detalhadas do objeto licitado com os preços unitário e totais atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, por intermédio do Sistema Eletrônico, através do link “Anexar”, e em original ou cópia autenticada, via **sedex**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do encerramento da etapa de lances.

**4.9** A Proposta (referida nos subitens 4.3 e 4.8) deverá apresentar as seguintes condições:

**4.9.1** prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

**4.9.2** preço unitário e total, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do Anexo I deste Edital.

**4.9.3** Planilhas de Custos e Formação de Preços conforme modelo constante do Anexo II, com detalhamento de todos os elementos que influem no custo operacional, inclusive tributos e encargos sociais, exceção feita quanto a impostos e taxas de obrigação exclusiva da licitante, que serão incluídas na taxa de administração, discriminando:

**4.9.3.1** categoria profissional do quadro de pessoal exigido para o serviço;

**4.9.3.2** valor da remuneração, vigente na data de apresentação da proposta, fixada para a categoria profissional em **Acordo Coletivo de Trabalho** ou outro equivalente, englobando salário e demais vantagens estabelecidas na legislação trabalhista, excetuando-se vantagens não obrigatórias e que resultam de incentivos fiscais;

**4.9.3.3** encargos sociais incidentes sobre a remuneração fixada, minuciosamente discriminados e expressos sob forma de percentual;

**4.9.3.4** taxa de administração, com detalhamento dos elementos que a compõem, inclusive impostos e taxas de obrigação da licitante;

**4.9.4** estar incluídos no preço todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta licitação.

**4.10** Na proposta poderá constar o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento.

**4.11** apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**4.12** Havendo indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, a licitante será convocada para comprovar a exequibilidade de sua proposta, nos termos a IN SLTI/MPOG nº 2/2008, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 3/2009, sob pena de desclassificação, podendo ainda o(a) Pregoeiro(a) a efetuar diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

**4.13** Não se admitirá proposta que apresentar preço global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos.

**4.14** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.15** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**4.16** A simples apresentação da proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância da legislação.

**4.17** Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Edital e seus Anexos. Na falta de tal declaração será considerada aceita a condição deste subitem.

**4.18** Indicar sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão os serviços e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações - CBO.

**4.18.1** Indicar a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual para cada um dos locais de prestação dos serviços, bem como a respectiva carga horária semanal.

**4.18.2.** Informar a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação.

**4.19** Declarar se a empresa enquadra-se, como microempresa ou empresa de pequeno porte com base na Lei Complementar nº 123/06.

**4.19.1** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame;

**4.20** Serão desclassificadas as propostas, ou seja, que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

## **5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS**

**5.1** A partir das **10:00 hs** do dia **07/12/2011**, e em conformidade com o subitem 4.3 deste Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº. 32/2011**, com a divulgação das Propostas recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº. 5.450/05, publicado no DOU de 31 de maio de 2005.

**5.2** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

**5.3** A eventual desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.4** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase constante no item 6.

## **6 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**6.1** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (Art. 24, do Decreto nº. 5.450/2005).

**6.2** Observado o horário fixado para a formulação de lance e as regras de sua aceitação, a licitante será imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.3** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**6.4** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

**6.5** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**6.6** Durante a sessão pública, as licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**6.7** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

**6.8** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será

automaticamente encerrada a recepção de lances, observado, quando for o caso, o disposto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**6.9** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**6.9.1** a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.10** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.11** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**6.12** Encerrada a etapa de lances, e se a empresa que apresentou o menor preço, não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver propostas apresentadas por microempresa ou empresa de pequeno porte, no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, deverá proceder da forma abaixo:

**6.12.1** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**6.12.2** não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na Condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**6.12.3** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**6.12.4** O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte;

**6.13** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

**6.14** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento imediato da documentação através do **Fax (61) 3341-9482**, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observado o prazo acima estabelecido.

**6.14.1** os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 8 deste Edital

## **7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** Para efeito de julgamento da presente licitação, o critério de julgamento adotado será de Menor Preço Global, unitário, e será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta ou lance de menor preço total anual para o grupo em julgamento, obtido por meio da aplicação da fórmula constante do modelo de planilha de composição final de preços e atender os requisitos do presente Edital e seus anexos.

**7.2.** O pregoeiro efetuará o julgamento da Proposta, decidindo sobre aceitação dos preços obtidos.

**7.2.1.** O julgamento será realizado pelo valor total anual global (valor total mensal vezes 12), sendo aceita somente duas casas decimais, com o valor unitário exato (sem dízimas).

**7.3.** Analisada a proposta e a aceitabilidade dos preços, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta.

**7.3.1.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**7.4.** Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 7.2, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante no próprio sistema, para que seja obtido preço melhor.

**7.5.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, ou ainda que apresentarem valores superiores aos estabelecidos pelas Portarias nºs 22, de 11/10/2010; 18, de 02/09/2010 e 15, de 01/04/2011-SLTI/MPOG, ou outra que venha a substituí-la no decorrer da presente licitação.

## **8 – DA HABILITAÇÃO**

**8.1** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento imediato da documentação através do **Fax (0XX61) 3341.9482**, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observado o prazo acima estabelecido.

**8.2** A habilitação da licitante vencedora será verificada “on line” no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, juntamente com as declarações a que se referem os subitens **8.2.2, 8.2.3 e 8.2.4** (disponíveis no [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)), após a análise e julgamento da Proposta de Preços, devendo, ainda, apresentar os seguintes documentos:

**8.2.1** declaração de que a empresa licitante não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605/98 (Anexo VI);

**8.2.2** declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação, conforme regulamentação constante da IN/MARE nº 05/95, atualizada, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

**8.2.3** declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, Regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002.

**8.2.4** declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a IN 02-MPO, de 16/09/2009;

**8.2.5** declaração de Vistoria, que será facultativa, (Anexo VII), comprovando que a licitante esteve nos locais onde os serviços objeto desta licitação serão executados e tomou pleno conhecimento de sua extensão e peculiaridade de acordo com o Art. 30, III, Lei n.º 8.666/93;

**8.2.6** comprovação do registro e sua respectiva regularidade perante o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, de que atende a disciplina normativa de funcionamento de empresas especializadas em segurança privada, de acordo com as exigências da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto nº 1.592/95;

**8.2.7** apresentar documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade, objeto desta licitação em plena validade, conforme a s nº 781/2010 - DG/DPF;

**8.2.8** apresentar certificado de segurança, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, de acordo com a Portaria nº 1.129, de 15.12.95, do Ministério da Justiça;

**8.2.9** comprovante pelo órgão competente da última autorização para compras de armas;

**8.2.10** declaração fornecida por empresa de formação e reciclagem de vigilantes, devidamente autorizada pelo órgão competente do Departamento de Polícia Federal, de que o licitante vem reciclando regularmente seus vigilantes, na matriz e filiais se existir. No caso do licitante, comprovadamente, ser também empresa autorizada a formar e reciclar vigilantes poderá apresentar declaração própria de que vem cumprindo regularmente tal exigência;

**8.2.11** atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis, com o objeto descrito no Anexo I deste Edital (Termo de Referência).

**8.2.12** certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a abertura da licitação, quando o prazo de sua validade não estiver definido.

**8.2.13** comprovação da boa situação financeira da licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), analisada automaticamente pelo SICAF;

**8.2.13.1** as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 8.1.13, deverão comprovar o capital mínimo de 10% (dez por cento), do valor para cada lote cotado, de acordo com os §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº. 8.666/93;

**8.2.14 Convenção Coletiva de Trabalho – CCT:** Acompanhando a proposta de preços, a licitante deverá apresentar cópia da Convenção Coletiva de Trabalho – CCT a que se referir, devidamente registrada no Ministério do Trabalho.

**8.2.15** Autorização para depósito em conta vinculada. IN SLTI/MPOG nº 3/2009, Anexo IV deste Edital;

**8.2.16** Autorização para desconto e depósito do FGTS nas contas vinculadas dos empregados e para pagamento de salários diretamente nas contas correntes. IN SLTI/MPOG nº 3/2009, Anexo V deste Edital;

**8.3** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro;

**8.4** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao item 8 deste Edital.

## **9. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

**9.1** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão;

**9.1.1** caberá o pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas;

**9.1.2** acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

**9.1.3** não serão aceitas petições de impugnação sem assinatura do representante legal da empresa, enviadas por fax ou similar;

**9.1.4.** a impugnação deverá ser encaminhada por meio eletrônico, através do e-mail [nugan@icmbio.gov.br](mailto:nugan@icmbio.gov.br) ou entregue no NUGAN, situado no SHCSW/EQSW 103/104, LOTE 1, COMPLEXO ADMINISTRATIVO SUDOESTE, MÓDULO B, BRASÍLIA-DF CEP: 70670350 - Telefone: (61) 3341-9355 – Fax: (61) 33419482

**9.2** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no [licitacao@icmbio.gov.br](mailto:licitacao@icmbio.gov.br).

**9.3** Não serão reconhecidas os pedidos de esclarecimentos ou impugnações interpostas por meio de fax ou vencidos os respectivos prazos legais.

**9.4.** Ressalvada a obrigatoriedade, pela legislação de regência, de sua divulgação na internet, publicação imprensa oficial e/ou em jornal de grande circulação, os esclarecimentos e as respostas as impugnações somente serão encaminhadas à pessoa interessada e às demais empresas interessadas que confirmarem o recebimento deste Edital, mediante o envio do Termo de Retirada de Edital pela internet.

## **10 – DOS RECURSOS**

**10.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, no endereço constante no subitem 10.6.

**10.1.1** a falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem acima, importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**10.1.2** as razões e as contra-razões de recurso deverão ser encaminhadas, exclusivamente, através do Sistema Eletrônico, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**10.2** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.3** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

**10.4** O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**10.5** Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação previa, em formulários próprios, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, enviados por fax, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

**10.6** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitação, situada SHCSW/EQSW 103/104, LOTE 1, COMPLEXO ADMINISTRATIVO SUDOESTE, MÓDULO B, BRASÍLIA-DF CEP: 70670350 - Telefone: (61) 3341-9355 – Fax: (61) 3341-9482

## **11 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso ou após sua apreciação, pela autoridade competente.

**11.2** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## **12 – DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1** Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato entre a adjudicatária e o ICMBio, de acordo com a legislação vigente, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, a qual será adaptada à proposta da empresa vencedora;

**12.2** O ICMBio convocará a adjudicatária, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no



Edital;

**12.3** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Instituto ICMBio

**12.4** Se a adjudicatária recusar-se a assinar o Contrato, no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, serão convocadas as licitantes remanescentes, respeitando a ordem seqüencial de classificação, mantidas as condições de preço e prazo da licitante vencedora e as demais exigências feitas a esta em razão do que dispõe este Pregão.

**12.5** Nos termos do art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, o ICMBio designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**12.5.1** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

**12.6** Da mesma forma, a Adjudicatária deverá indicar um preposto para, se aceito pelo ICMBio, representá-la na execução do Contrato.

**12.7** Nos termos da Lei nº 8.666/93, constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o Contrato assinado, acompanhado da Nota de Empenho.

**12.8** O ICMBio poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

**12.9** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o ICMBio.

## **13 – DOS SERVIÇOS**

**13.1** Os serviços de vigilância armada e vigilância armada motorizada serão executados, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, conforme Termo de Referência constante no Anexo I.

## **14 – DO PAGAMENTO**

**14.1** O pagamento pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado mensalmente, em moeda nacional, mediante depósito em conta-corrente na agência do banco indicado pela Adjudicatária, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente atestado pelo setor competente.

**14.2** Quando se tratar de recursos oriundos da Compensação Ambiental, o pagamento deverá ser precedido de Nota Técnica, acompanhada do ato de destinação dos recursos pela Câmara de Compensação Ambiental, que demonstre que o produto/serviço guarda pertinência com: o empreendimento que ensejou a compensação; a destinação dada pela Câmara de Compensação Ambiental; a unidade de conservação beneficiária; a ordem de prioridades estabelecida pelo art. 33 do Decreto nº 4.320/2002 e, será efetuado mediante crédito por ordem bancária, emitida diretamente pela Caixa Econômica Federal, em favor da CONTRATADA, até o 5º dia útil, contando da data de recepção do Ofício, encaminhado pelo CONTRATANTE certificando o recebimento e aceite do objeto contratado, devidamente acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, da informação da CONTRATADA e da autorização para realização desse, bem como atestando a condição de regularidade fiscal da CONTRATADA..

**14.3** A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SICAF (via “on line”).

**14.4** Na hipótese de atraso de pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, o valor devido pelo ICMBio será atualizado financeiramente, obedecendo à legislação vigente.

**14.5** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o ICMBio por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes. As despesas

referentes à execução dos serviços objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da União previstos para o exercício de 2011.

**14.6** Quando ocorrer eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**14.7** As provisões realizadas pela Contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas listados a seguir, em relação aos empregados da Contratada vinculados a esta contratação, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada de instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

**14.7.1** 13º salário;

**14.7.2** Férias e Abono de Férias;

**14.7.3** Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;

**14.7.4** Impacto sobre férias e 13º salário.

**14.8.** A movimentação da conta vinculada será efetuada mediante autorização da Contratante, exclusivamente para o pagamento das obrigações citadas no subitem 14.7.

**14.8.1.** Sempre que necessite efetuar saques da conta vinculada, exclusivamente para pagamentos de valores relativos aos encargos citados nos subitens 14.7 e 14.8 a Contratada solicitará autorização à Contratante;

**14.8.2.** A solicitação citada no subitem anterior será acompanhada dos documentos que comprovem a ocorrência das obrigações trabalhistas e os respectivos prazos de vencimento;

**14.8.3** A Contratante, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, expedirá a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, contados da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa;

**14.8.3.1.** Considerando o prazo citado acima, acrescido de eventuais dificuldades com a remessa postal dos documentos, tanto pela Contratante como pela Contratada, esta deverá encaminhar a solicitação mencionada no subitem 14.8.3.2 com antecedência suficiente para que a liberação ocorra tempestivamente.

**14.8.3.2.** Caso ocorram atrasos nos pagamentos por falta da autorização por parte da Contratante, tendo esta cumprido o prazo, a responsabilidade pelas multas, demais acréscimos legais e sanções cabíveis, caberão exclusivamente à Contratada.

**14.8.4** A autorização será exclusiva e especificamente para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos;

**14.8.5** A contratada deverá apresentar à Contratante, no prazo máximo de três dias, a comprovação das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**14.9.** O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou desde que obtenha maior rentabilidade, por outro definido no acordo de cooperação que será firmado pela Contratante de acordo com a IN SLTI/MPOG nº 3/2009, Anexo VII.

**14.10.** Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem **14.7**, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

**14.11.** Assim que notificada pela Contratante, mediante ofício, a Contratada providenciará a abertura da conta vinculada citada no subitem 14.7, assinando, no ato de abertura e de regularização da conta corrente vinculada, termo específico da instituição financeira oficial que permita à Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização por parte da Contratante.

**14.12.** Além dos encargos citados no subitem 14.7, a contratada deverá depositar, integralmente, durante a primeira vigência do contrato, o montante de que trata o aviso prévio trabalhado, 23,33% da remuneração mensal de cada empregado vinculado a esta contratação.

**14.13.** O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**14.14.** Os valores provisionados para atendimento do subitem 14.7 serão discriminados conforme tabela abaixo:

**Reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas -  
Percentual incidente sobre a remuneração**

Item:	Índices		
13º Salário	8,33%		
Férias e Abono de Férias	12,10%		
Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa	5,00%		
<b>Subtotal</b>	<b>25,43%</b>		
Grupo A sobre Férias e 13º Salário *	7,39%	7,60%	7,82%
<b>Total</b>	<b>32,82%</b>	<b>33,03%</b>	<b>33,25%</b>

Aviso Prévio ao término do contrato: 23,33% da remuneração mensal =  $(7/30) \times 100$

\* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91.

## **15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

**15.2** Além do previsto no subitem anterior, e pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas a Administração poderá resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções:

**15.2.1** advertência;

**15.2.2** multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução dos serviços caracterizando inexecução parcial;

**15.2.3** suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a cinco anos; e

**15.2.4** multa, compensatória no valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato.

**15.3** As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**15.4** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

## 16 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

**16.1** O Licitante deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação e execução do objeto.

**16.2** Para os propósitos deste item definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluída**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**16.3** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro internacional este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

**16.4** Considerando os propósitos dos itens acima, a Licitante concorda e autoriza que na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro internacional, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à execução do contrato.

## 17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**17.1** O presente Edital, seus Anexos e a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

**17.2** É facultada o pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**17.2.1** Em qualquer fase da licitação, o pregoeiro poderá consultar a Procuradoria Federal Especializada, as áreas técnicas do ICMBio e demais órgãos Federais, para orientar sua decisão.

**17.3** A autoridade competente, poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado, ouvida a Procuradoria Federal Especializada do **ICMBio**.

**17.3.1** No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficarão assegurados o contraditório e a ampla defesa prévia às licitantes.

**17.4** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, e o **ICMBio** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.5** A licitante vencedora contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.6** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação em contrário do pregoeiro.

**17.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **ICMBio**.

**17.8** O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de Pregão.

**17.9** É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do **ICMBio**.

**17.10** É vedada a subcontratação, total ou parcial, de empresa para a execução do Contrato.

**17.11** Serão disponibilizados pelo sitio do **ICMBio** [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) os esclarecimentos, as impugnações apresentadas e suas respectivas respostas.

**17.12** A adjudicação e a homologação desta licitação não implicarão direito à contratação.

**17.13** Para as demais condições de contratação, deverão ser observadas as disposições constantes no Termo de Referência e Anexos.

**17.14** O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da execução deste contrato, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, Distrito Federal.

**17.15** Demais informações referente ao Pregão poderão ser obtidas no SHCSW/EQSW 103/104, LOTE 1, COMPLEXO ADMINISTRATIVO SUDOESTE, MÓDULO B, BRASÍLIA-DF CEP: 70670350 - Telefone: (61) 33419355 – Fax: (61) 33419482 ou pelo e-mail: [nugan@icmbio.gov.br](mailto:nugan@icmbio.gov.br).

Brasília/DF, de novembro de 2011.

**MIGUEL DE ALMEIDA LEMOS FILHO**

**Pregoeiro – ICMBio**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

**COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO**

**COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 – OBJETO

1.1 O presente objeto é a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada, de forma contínua, para atender às demandas das Sedes Administrativas das Unidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – **ICMBio**, de acordo com o presente Termo de Referência.

#### 1.2. LOCAL, ENDEREÇOS DA UC, QUANTIDADE DE POSTOS E VIGILANTES

##### ITEM: 01

**Unidade:** RESEX do Lago Cuniã/RO

**Endereço: Sede Administrativa:** Av. Lauro Sodré, nº 6.500, Bairro Aeroporto, Porto Velho-RO- CEP 76.803-260 -

Fone: (69) 3225-7881

DESCRIÇÃO	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>PORTO VELHO/RO</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	<b>Posto de Guarda e Alojamento</b> Margem esquerda do Lago do Cuniã, Comunidade Silva Lopes Araújo – Coordenadas: 8°19'5.90"S 63°29'52.92"O	01	01	02
		<b>Alojamento 02 e Laboratório</b> Margem esquerda do Lago do Cuniã, Comunidade Silva Lopes Araújo - Coordenadas: 8°19'5.51"S 63°29'52.05"O	01	01	02
		<b>Abatedouro de Jacarés</b> Margem esquerda do Lago do Cuniã, Comunidade Silva Lopes Araújo- Coordenadas: 8°19'5.11"S 63°30'0.98"O	01	01	02
		<b>Posto de Guarda Flutuante</b> Igarapé do Cuniã, - Coordenadas: 8°10'59.70"S 63°22'23.71"O	01	01	02
		<b>Posto de Guarda Cearazinho</b> Estrada do Pescado - Coordenadas: 8°24'40.10"S 63°31'29.40"O	01	01	02
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					<b>10</b>

#### GRUPO 01

##### ITEM: 02

**Endereço:** Loteamento Cidade Alta s/nº - CEP nº 57.820-000 – Murici -AL

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS	SOMA
--------------	--------	----------------------	--------------	------

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Murici/AL</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	Sede Administrativa ESEC Murici	01	01	02
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					02

**ITEM: 03**

**Endereço:** Av. Beira-Mar, s/nº, Povoado Pontal do Peba – Piacabuçu/AL – CEP: 57.210-000  
Bairro Centro, s/nº - Paralelo a rua Duque de Caxias, margens do Rio São Francisco-Penedo-AL

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Piacabuçu/AL</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Embarcação do ICMBio (Barco OPARA – ancorado) Em frente a Capitania dos Portos em Penedo/AL	01	01	02
		Sede Administrativa APA Piaçabuçu	01	01	02
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					04

**GRUPO 02**

**ITEM: 04**

**Unidade:** Parque Nacional da Serra da Canastra

**Endereço:** Av Tancredo Neves, nº 498 – Centro – Port. Casaca D'Antas – São Roque de Minas/MG

**Contato:** (37) 3433-1195

DESCRIÇÃO	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>São Roque de Minas/MG</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Nas Portarias do PARNA Serra Canastra	03	04	07
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					07

**ITEM: 05**

**Unidade:** Floresta Nacional de Paraopeba/MG

**Endereço:** Rua Barão Antônio Cândido, 357 – Centro – Paraopeba/MG

**Contato:** (31) 3714-1266

DESCRIÇÃO	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Paraopeba/MG</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Na entrada da Unidade	00	01	01
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					01

**ITEM: 06**

**Unidade:** Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa/MG

**Endereço:** Alameda dos Lírios, 115 – Lundcêia- Lagoa Santa/MG

**Contato:** (31) 3681-3172

DESCRIÇÃO	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Lagoa Santa/MG</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Na entrada do prédio da Unidade	01	01	02
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					02

**GRUPO 03**

**ITEM: 07**

**Endereço: Sede:** Sede da UC Situada a 80 km de distância, ao norte do distrito de Monte Dourado/PA, cidade de Almeirim, acesso via terrestre, k aprox. 02 horas de deslocamento, coordenadas: S 00°27'24.3" E W 052°49'38.0"

**Base I:** Endereço do Escritório de Apoio: Rua Loteamento Institucional, Área Administrativa, Bloco B, S/Nº CEP 68240 000 Monte Dourado/PA - Fone (96) 2101-9026

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>ALMEIRIM-PA,</b> <b>Distrito de Monte Dourado-PA</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	<b>ESEC DE JARI</b> Sede da UC Situada a 80 km de distância, ao norte do distrito de Monte Dourado/PA,	01	01	02
		<b>Base I:</b> Endereço do Escritório de Apoio: Rua Loteamento Institucional, Área Administrativa, Bloco B,	01	01	02
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					04

**ITEM: 08**

**Endereço:** Sede Administrativa da Floresta Nacional de Tapajós-

Avenida Tapajós, 2267 – Laginho, Santarém/PA - CEP:68.040-000

Tel:(93) 3523.2964



Floresta Nacional de Tapajós-

Bases de Apóio localizadas nos Kms 67,117, 166 e 211 da BR 163 e na Comunidade de São Domingos, dentro da FLONA TAPAJÓS.

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Santarém/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	Sede Administrativa da FLONA de Tapajós-RESEX Tapajós-Arapium	01	01	02
<b>Belterra/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, diurno, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	Base de Terra Rica no KM 67 da BR 163	01	00	01
	Posto de vigilância armada, 12x36, diurno, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	Base de Sucupira no KM 117 da BR 163	01	00	01
	Posto de vigilância armada, 12x36 diurno, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	Base da Comunidade de São Domingos, Km 50, a 13 km da Br-163, a margem do Rio Tapajós	01	00	01
<b>Placas/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12x36 diurno, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	Base no KM 166 da BR 163	01	00	01
<b>Rurópolis/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, diurno, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	Base no KM 211 da BR 163	01	00	01
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					<b>07</b>

**ITEM: 9**

**Endereço:** Praça da Feirinha s/nº, Centro –Distrito Porto Trombetas- Oriximiná /PA

CEP: 68.275-000

**Tel:** (93) 3549- 7698/7664/7229

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Oriximiná/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa (FLONA Mulata FLONA Saracá-Taquera REBIO Rio Trombetas)	01	01	02
<b>TOTAL DE POSTOS</b>					<b>02</b>

**ITEM: 10**

**Endereço:** Rua General Gurjão, 748 — Centro. Município de Curuçá/PA. - CEP 68750-970

**Tel:** (91) 3323-4582

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Curuçá/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12X36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa (RESEX Mãe Grande do Curuçá, RESEX São João da Ponta, RESEX Maracanã, RESEX Chocoaré Mato Grosso)	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

**ITEM:11**

**Endereço:** Rua J, nº 202 – Bairro União – Parauapebas/PA

CEP: 68.515-000

Tel: Tel: (94) 3346-3522

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Parauapebas /PA</b>	Posto de vigilância armada, 12X36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa (APA do Igarapé-Gelado, FLONA Carajás, FLONA Itacaiúnas, FLONA Tapirapé-Aquiri, REBIO Tapirapé)	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

**ITEM: 12**

**Endereço:** Travessa 30 de novembro, nº 2.736 – Cidade Nova – Breves/PA –

CEP: 68.800-000

Tel: (91) 3783-1569

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Breves /PA</b>	Posto de vigilância armada, 12X36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa (FLONA Caxiuanã, RESEX Gurupá-Gelado, RDS Itatupã-Baquiá, RESEX Mapuá, RESEX Arioca-Pruanã, [RESEX Terra Grande Pracuúba, RESEX Verde para Sempre).	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

**ITEM: 13**

**Endereço:** Av. Brigadeiro Haroldo Veloso, nº 975, Bairro Centro, Itaituba-PA

Tel.: (93) 9182-6282 –Ricardo

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Itaituba/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa Coordenação Regional- CR-03 APA Tapajós FLONA Amana FLONA Crepori FLONA de Altamira FLONA de Itaituba I FLONA de Itaituba II FLONA Jamanxim FLONA Trairão PARNA Amazônia PARNA Jamanxim PARNA Rio Novo REBIO Serra do Cachimbo	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

**ITEM: 14**

**Endereço:** Rua Ernesto Passareli, 2233, SUDAN – Altamira-PA – CEP 68373-000

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Altamira/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12X36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa ESEC Terra do Meio PARNA Serra do Pardo RESEX Rio Iriri RESEX Rio Xingu RESEX Riozinho do Anfrísio	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

**ITEM: 15**

**Endereço:** Av. Nazeazeno Ferreira s/n, entre Vigário Mota e 07 de Setembro, Centro- Bragança – PA – CEP 68.600-000 -Tel: (91) 3323-4582

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Bragança/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12X36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa RESEX Tracueteua RESEX Caeté-Taperaçu, RESEX Gurupi-Piriá RESEX Araí Peroba	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

**ITEM: 16**

**Endereço:** Base Operativa 1 – BOPP1 (Antiga fazenda Pesqueira do Xingu) – Parna Serra do Pardo a margem esquerda do Rio Xingu na coordenada 5°46'24"W. Acesso de barco (voadeira) a 1 dia e meio ou 1h de avião, mas de São Felix do Xingu/PA são 4 H de voadeira.

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>São Félix do Xingu/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12X36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa PARNA Serra do Pardo	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

**ITEM: 17**

**Endereço:** Terceira Rua S/n. Bairro São Pedro – Soure – Pará – Cep: 68.870-000

MUNICÍPIO/UF	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	
<b>Soure/PA</b>	Posto de vigilância armada, 12X36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	Sede Administrativa RESEX Soure	01	01	02
TOTAL DE POSTOS					02

## 2 – JUSTIFICATIVA

**2.1** Atender às necessidades dos serviços de vigilância armada, diurna e noturna, em escala de 12x36h, de forma a garantir a segurança das instalações das Unidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, do patrimônio da União e das pessoas envolvidas nas atividades da referida unidade, obedecendo aos parâmetros estabelecidos na legislação vigente, Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, atualizada, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 3, de 15 de outubro de 2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, Decretos 2.271 de 07/07/1997, nº 5.450 de 31/05/2005 e nº 3.931 de 19/09/2001 e Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 3 – DAS DEFINIÇÕES

**3.1** Para efeitos desta licitação serão adotadas as seguintes definições:

**3.1.1 Posto de Serviço:** É a unidade de medida da prestação dos serviços, caracterizado pelo período durante o qual o posto deverá ser guarnecido por pessoa qualificada para o desempenho das tarefas.

**3.1.2 12 horas noturnas de segunda-feira a domingo:** É a escala de trabalho do Posto de Serviço, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 horas.

**3.1.3 12 horas diurnas de segunda-feira a domingo:** É a escala de trabalho do Posto de Serviço, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12x36 horas.

**3.1.4 Planilha de Custos e Formação de Preços:** É o documento a ser apresentado pelo proponente contendo o detalhamento que compõem os preços propostos para cada tipo de Posto de Serviço, **observados os limites estabelecidos pela SLTI/MOG.**

**3.1.5 Salário Normativo:** É o salário estabelecido para a categoria profissional de vigilante pertinente à execução do contrato, homologado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

**3.1.6 Insumos:** São os custos decorrentes de materiais e equipamentos efetivamente utilizados na prestação dos serviços, bem como de benefícios oferecidos aos empregados (tais como vale-transporte, alimentação/refeição, seguros de vida em grupo, etc).

**3.1.7 Unidades:** É a denominação dada para efeito desta licitação, constantes deste Termo de Referência.

#### **4 – DOS SERVIÇOS**

**4.1** Os serviços de vigilância e vigilância motorizada armada serão executados, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos locais discriminados no **subitem 1.2**.

#### **5 – ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS DOS VIGILANTES**

**5.1** Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas Unidades onde serão prestados os serviços, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do CONTRATANTE, bem como as que entenderem oportunas;

**5.2** Permitir o ingresso nas dependências internas somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas, registrando no livro de ocorrências horário de entrada/saída e pessoa procurada;

**5.3** Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas dependências do CONTRATANTE, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionarem seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

**5.4** Repassar para o vigilante que está assumindo o posto de serviço, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas dependências e suas imediações;

**5.5** Comunicar ao CONTRATANTE, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra o patrimônio;

**5.6** Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

**5.7** Controlar a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, nº da identidade ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;

**5.8** Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devidos e previamente autorizados pelo CONTRATANTE;

**5.9** Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto de Serviço, comunicando o fato ao CONTRATANTE;

**5.10** Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto de serviço e imediações;

**5.11** Proibir a utilização das dependências do posto de serviço para guarda de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

**5.12** Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida do CONTRATANTE, verificando todas as instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

**5.13** Assumir diariamente o posto de serviço, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpo e com aparência pessoal adequada, devendo estar 10 (dez) minutos antes no posto e de posse de acessórios, tais como lápis ou caneta, bloco de papel, apito, cassetete, arma, etc;

**5.14** Registrar, diariamente, em livro próprio, o recebimento e transmissão dos serviços, bem como as ocorrências de seu posto;

**5.15** Receber de maneira polida e educada os clientes do CONTRATANTE e prestar-lhe informações solicitadas;

**5.16** Impedir a saída de volumes e materiais sem a devida autorização do CONTRATANTE;

**5.17** Impedir a saída de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das dependências das Unidades onde serão prestados os serviços que somente será permitida mediante a apresentação da competente Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo, devidamente preenchida e assinada por servidor responsável do CONTRATANTE e conterá, indispensavelmente: a discriminação do bem, o número do tombamento, o destino, a data de saída e, quando for o caso, a data de retorno;

**5.18** Utilizar a arma somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do CONTRATANTE, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

**5.19** Não se afastar de seu posto de serviço, principalmente para atender chamados e cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

## **6 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

**6.1** O valor estimado para a prestação do serviço, objeto da contratação para um período de 12 meses, sendo o valor mensal de **R\$ 299.115,98** (duzentos e noventa e nove mil, cento e quinze reais e noventa e oito centavos), perfazendo o montante anual de **R\$ 3.589.391,76** (três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos), estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução, conforme valor de referência previstos pelas Portarias nºs 22, de 11/10/2010, 18, de 02/09/2010 e 16, de 15/04/2011-SLTI/MPOG.

## **7– DAS OBRIGAÇÕES:**

São obrigações da **CONTRATADA**:

- a)** prestar os serviços de vigilância armada, 12x36 ininterrupta, inerentes ao desempenho de suas funções;
- b)** submeter à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, mencionando os respectivos endereços residenciais e local de trabalho, comunicando qualquer alteração;
- c)** comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra empregada, mediante Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- d)** implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, mão-de-obra no respectivo posto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;
- e)** fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria;
- f)** fornecer no mínimo 04 (quatro) uniformes por ano e seus complementos aos vigilantes, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho:

- 1. calça;
- 2. camisa de mangas compridas e curtas;
- 3. cinto de nylon;
- 4. sapatos;
- 5. meias;
- 6. colete à prova de balas;
- 7. capacete;
- 8. quepe com emblema;
- 9. jaqueta de frio ou japona;
- 10. capa de chuva;
- 11. crachá;
- 12. rádio transreceptor HT de longo alcance para todos os postos;

13. revólver calibre 38;
14. cinto com coldre e baleiro;
15. munição calibre 38;
16. distintivo tipo broche;
17. livro de ocorrência;
18. cassetete;
19. porta cassetete;
20. apito;
21. cordão de apito;
22. lanterna de 3 pilhas;
23. pilha para lanterna;

**g)** As munições oferecidas devem ser de procedência do fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas;

**h)** recomendar ao vigilante que a arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio da CONTRATANTE, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

**i)** assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por seus próprios meios;

**j)** rever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação do Posto, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

**k)** apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da CONTRATANTE;

**l)** manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da CONTRATANTE;

**m)** efetuar a reposição da mão-de-obra para o posto de serviço, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

**n)** atender, de imediato, as solicitações quanto às substituições da mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

**o)** instruir o vigilante quanto à necessidade de acatar as orientações do gestor da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

**p)** relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada no posto de serviço;

**q)** inspecionar o posto de serviço no mínimo 1 (uma) vez por semana, em dias e períodos alternados;

**r)** manter afixado no posto de serviço, em local visível, o número de telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, do CONTRATANTE e da CONTRATADA;

**s)** manter o vigilante no posto de serviço;

**t)** recrutar, selecionar e encaminhar os empregados, com o devido ATESTADO DE BOA CONDUTA e CERTIFICADO DE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE, devidamente atualizado na forma da legislação vigente;

**u)** manter seus empregados devidamente identificados e uniformizados;

**v)** encaminhar ao CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;

**x)** manter todos os turnos preenchidos, providenciando a imediata substituição dos empregados, designados para a execução dos serviços, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão, por solicitação do CONTRATANTE, e outros da espécie, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

**aa)** fornecer aos seus empregados, se for o caso, vale transporte, auxílio-alimentação, de

acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**bb)** os vales-transporte deverão ser concedidos pela Contratada no valor referente ao itinerário de cada empregado. Para a promoção da isonomia na elaboração e julgamento das propostas apresentadas, deverá o licitante, tomar como base o valor unitário informado na CCT de cada estado da federação, devendo considerar o valor, calculado conforme segue: 22 dias x 2 x R\$ x,00;

**bb1)** as despesas realizadas pela Contratada com a concessão de vales-transporte adicionais àqueles empregados que utilizam mais de uma condução diária para se locomoverem no percurso residência/trabalho/residência serão da responsabilidade da Unidade do ICMBio;

**bb2)** os valores correspondentes às despesas previstas nesta alínea serão incluídos separadamente na fatura relativa ao mês subsequente ao de sua concessão, respeitado o mês de competência, devendo a Contratada apresentar, juntamente com a respectiva fatura, planilha demonstrativa desses valores e cópia da documentação comprobatória do direito ao recebimento dos vales-transporte.

**cc)** apresentar Nota Fiscal/Fatura, acompanhada do(s) comprovante(s) de pagamento(s) do(s) empregado(s) e de recolhimento com o FGTS e INSS, do mês subsequente a prestação dos serviços;

**dd)** responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, ao patrimônio do CONTRATANTE, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados ou prepostos;

**ee)** registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão-de-obra, em caráter imediato e na eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

**ff)** fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

**gg)** responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993;

**hh)** manter durante a vigência do Contrato, e possíveis prorrogações, as mesmas condições para sua contratação, com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade gestor;

**ii)** encaminhar cópia dos recibos de entrega dos uniformes, até o 5º. dia útil do início da prestação dos serviços e após o transcurso de cada período, na forma prevista na Convenção/Dissídio Coletivo da Categoria, sendo vedado a cobrança ou desconto, de seus empregados, de quaisquer valores referentes aos mesmos;

**jj)** Os valores correspondentes às despesas previstas no subitem anterior serão incluídos separadamente na fatura relativa ao mês subsequente ao de sua concessão, respeitado o mês de competência, devendo a Contratada apresentar, juntamente com a respectiva fatura, planilha demonstrativa desses valores e cópia da documentação comprobatória do direito ao recebimento dos vales-transporte.

São obrigações da **CONTRATANTE**:

**a)** exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei n.º 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

**b)** indicar as áreas onde os serviços serão executados;



- c) proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;
- d) efetuar o pagamento dos serviços prestados nas condições estabelecidas neste contrato;
- e) solicitar à **CONTRATADA** todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
- g) solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento;
- h) relacionar as dependências das instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

## **8– PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

**8.1** Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por gestor designado, podendo para isso:

**8.1.1** ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

**8.1.2** fiscalizar o cumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato.

**8.2** Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o ICMBio designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

**8.3** Da mesma forma, a contratada deverá indicar um preposto para, se aceito pelo ICMBio, representá-la na execução do Contrato;

**8.4** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para o ICMBio;

**8.5** A fiscalização da **CONTRATANTE** terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da **CONTRATADA**, para assegurar-se de que as tarefas sejam executadas na forma preestabelecida.

## **09 – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**09.1** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, com vantagens para a administração, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite de 60 (sessenta) meses.

## **10 – DA APRESENTAÇÃO DA FATURA E DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado pelo ICMBio, por meio de ordem bancária, ao banco a ser indicado pela Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do contrato.

**10.2.** As Notas Fiscais/Faturas, para pagamento deverão ser encaminhadas à Coordenação de Administração do ICMBio em Brasília/DF.

**10.3** Quando se tratar de recursos oriundos da Compensação Ambiental, o pagamento deverá ser precedido de Nota Técnica, acompanhada do ato de destinação dos recursos pela Câmara de Compensação Ambiental, que demonstre que o produto/serviço guarda pertinência com: o empreendimento que ensejou a compensação; a destinação dada pela Câmara de Compensação Ambiental; a unidade de conservação beneficiária; a ordem de prioridades estabelecida pelo art. 33 do Decreto nº 4.320/2002 e, será efetuado mediante crédito por ordem bancária, emitida diretamente pela Caixa Econômica Federal, em favor da CONTRATADA, até o 5º dia útil, contando da data de recepção do Ofício, encaminhado pelo CONTRATANTE certificando o recebimento e aceite do objeto contratado, devidamente acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, da informação da CONTRATADA e da autorização para realização desse, bem como atestando a condição de regularidade fiscal da CONTRATADA..

## 11 - DA REPACTUAÇÃO

**11.1** Poderá ser repactuado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite da apresentação da proposta, (ou da última repactuação), visando a adequação aos novos preços de mercado e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada, de conformidade com o Decreto n.º 2.271, de 7/7/1997, IN nº 03/2009 e alterações posteriores ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição à mencionada norma.

## 12 – DA VISTORIA

**12.1** A vistoria, **que será facultativa**, deverá ser realizada pelas empresas e marcada por telefone. Devendo apresentar a Declaração de Vistoria (Anexo VI), comprovando que a licitante esteve nos locais onde os serviços objeto desta licitação serão executados e tomou pleno conhecimento de sua extensão e peculiaridade.

**12.1.1** A vistoria nas instalações, se realizada, poderá ser no horário das 09:00 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 horas, onde serão executados os serviços, conforme endereços a seguir:

**12.2** A vistoria, se realizada, deverá ser efetuada de acordo com o Art. 30, III, Lei n.º 8.666/93.

MUNICIPIO/UF	UC/ENDEREÇO
1. Porto Velho-RO	<b>RESEX do Lago Cuniã/RO</b> Endereço: <b>Sede Administrativa:</b> Av. Lauro Sodré, nº 6.500, Bairro Aeroporto, Porto Velho-RO- CEP 76.803-260 - Fone: (69) 3225-7881
	<b>RESEX do Lago Cuniã/RO</b> <b>Posto de Guarda e Alojamento</b> Margem esquerda do Lago do Cuniã, Comunidade Silva Lopes Araújo – Coordenadas: 8º19'5.90"S 63º29'52.92"O
	<b>RESEX do Lago Cuniã/RO</b> <b>Alojamento 02 e Laboratório</b> Margem esquerda do Lago do Cuniã, Comunidade Silva Lopes Araújo - Coordenadas: 8º19'5.51"S 63º29'52.05"O
	<b>RESEX do Lago Cuniã/RO</b> <b>Abatedouro de Jacarés</b> Margem esquerda do Lago do Cuniã, Comunidade Silva Lopes Araújo- Coordenadas: 8º19'5.11"S 63º30'0.98"O
	<b>RESEX do Lago Cuniã/RO</b> <b>Posto de Guarda Flutuante</b> Igarapé do Cuniã, - Coordenadas: 8º10'59.70"S 63º22'23.71"O
	<b>RESEX do Lago Cuniã/RO</b> <b>Posto de Guarda Cearazinho</b> Estrada do Pescado - Coordenadas: 8º24'40.10"S 63º31'29.40"O

<b>2. Murici/AL</b>	<b>ESEC de Murici/AL</b> Loteamento Cidade Alta s/nº - CEP nº 57.820-000 – Murici -AL
<b>3. Piaçabuçu/AL</b>	<b>Embarcação do ICMBio (Barco OPARA)</b> Bairro Centro, s/nº - Paralelo a rua Duque de Caxias, margens do Rio São Francisco-Penedo-AL
	<b>APA Piaçabuçu/AL</b> Av. Beira-Mar, s/nº, Povoado Pontal do Peba – Piaçabuçu/AL – CEP: 57.210-000
<b>4. São Roque de Minas/MG</b>	<b>Sede Administrativa: Parque Nacional da Serra da Canastra</b> Av Tancredo Neves, nº 498 – Centro – Port. Casaca D'Antas – São Roque de Minas/MG <b>Contato:</b> (37) 3433-1195
<b>5. Paraopeba/MG</b>	<b>Sede Administrativa: Floresta Nacional de Paraopeba/MG</b> Rua Barão Antônio Cândido, 357 – Centro – Paraopeba/MG <b>Contato:</b> (31) 3714-1266
<b>6. Lagoa Santa/MG</b>	<b>Sede Administrativa: Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa/MG</b> Alameda dos Lírios, 115 – Lundcêia- Lagoa Santa/MG <b>Contato:</b> (31) 3681-3172
<b>7. Almerim-PA, Distrito de Monte Dourado</b>	<b>ESEC DE JARI:</b> Sede da UC Situada a 80 km de distância, ao norte do Distrito de Monte Dourado/PA, cidade de Almeirim, acesso via terrestre, k aprox. 02 horas de deslocamento, coordenadas: S 00°27'24.3" E W 052°49'38.0" <b>Base I:</b> Endereço do Escritório de Apoio: Rua Loteamento Institucional, Área Administrativa, Bloco B, S/Nº CEP 68240 000 Monte Dourado/PA .
<b>08.Santarém, Belterra, Placas e Rurópolis-PA-</b>	<b>FLONA de Tapajós- RESEX Tapajós-Arapium -</b> Avenida Tapajós, 2267 – Laginho, Santarém/PA - CEP:68.040-000 - Tel:(93) 3523.2964 – <b>Bases de Apoio:</b> Base de Terra Rica no KM 67 da BR 163, Base de Sucupira no KM 117 da BR 163 e Base da Comunidade de São Domingos, Km 50, a 13 km da Br-163, a margem do Rio Tapajós no Município de Belterra/PA; Base no KM 166 da BR 163 no Município de Placas/PA; Base no KM 211 da BR 163 no Município de Rurópolis/PA.
<b>09.Oriximiná/PA</b>	<b>FLONA Mulata -FLONA Saracá-Taquera -REBIO Rio Trombetas</b> Praça da Feirinha s/nº, Centro –Distrito Porto Trombetas- Oriximiná /PA -CEP: 68.275-000 -Tel: (93) 3549- 7698/7664/7229
<b>10.Curuçá/PA</b>	<b>RESEX Mãe Grande do Curuçá - RESEX São João da Ponta -RESEX Maracanã - RESEX Chocoaré Mato Grosso)</b> Rua General Gurjão, 748 – Centro. Município de Curuçá/PA. - CEP 68750-970 - Tel: (91) 3323-4582
<b>11.Parauapebas/PA</b>	<b>APA do Igarapé-Gelado, FLONA Carajás - FLONA Itacaiúnas -FLONA Tapirapé-Aquiri - REBIO Tapirap</b> Rua J, nº 202 – Bairro União – Parauapebas/PA CEP: 68.515-000 Tel: Tel: (94) 3346-3522
<b>12.Breves/PA</b>	<b>FLONA Caxiuanã-RESEX Gurupá-Gelado-RDS Itatupã-Baquiá-RESEX Mapuá-RESEX Arioca-Pruanã-RESEX Terra Grande -Pracuúba, RESEX Verde para Sempre</b> Travessa 30 de novembro, nº 2.736 – Cidade Nova – Breves/PA – CEP: 68.800-000 - Tel: (91) 3783-569
<b>13.Itaituba/PA</b>	<b>CR-03-APA Tapajós-FLONA Amana-FLONA Crepori-FLONA de Altamira-FLONA de Itaituba I-FLONA de Itaituba II-FLONA Jamaxim-FLONA Trairão-PARNA Amazônia - PARNA Jamaxim-PARNA Rio Novo-REBIO Serra do Cachimbo</b> Av. Brigadeiro Haroldo Veloso, nº 975, Bairro Centro, Itaituba-PA Tel.:(93) 9182-6282 –Ricardo
<b>14.Altamira/PA</b>	<b>ESEC Terra do Meio-PARNA Serra do Pardo-RESEX Rio Iriri-RESEX Rio Xingu-RESEX Riozinho do Anfrísio</b> Rua Ernesto Passareli, 2233, SUDAN– Altamira-PA–CEP 68373-000
<b>15.Bragança/PA</b>	<b>RESEX Tracuateua-RESEX Caeté-Taperaçu, RESEX Gurupi-Piriá-RESEX Araí Peroba</b> Av. Nazeazeno Ferreira s/n, entre Vigarí Mota e 07 de Setembro, Centro. Bragança – PA – CEP 68.600-000- Tel: (91) 3323-4582

<p><b>16.São Félix do Xingú/PA</b></p>	<p><b>PARNA Serra do Pardo</b>  <b>Base Operativa 1 – BOPP1</b> (antiga fazenda Pesqueira do Xingu) –Parna Serra do Pardo a margem esquerda do rio Xingu na coordenada 5°46'24"W. Acesso de barco (voadeira) a 1 dia e meio ou 1h de avião, mas de São Feliz do Xingu/PA são 4 H de voadeira. Marcos Rocha (93)91299630/ Emanuele Paiva (93) 81246707</p>
<p><b>17.Soure/PA</b></p>	<p><b>RESEX Soure</b>  Terceira Rua s/n. Bairro São Pedro-Soure,- Pará.CEP 68.870-000 - (91) 3224-5899</p>

### 13 – DAS SANÇÕES

**13.1** Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

**13.2** Além do previsto no subitem anterior, e pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas a Administração poderá resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções:

**13.2.1** advertência;

**13.2.2** multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução dos serviços caracterizando inexecução parcial;

**13.2.3** suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a cinco anos; e

**13.2.4** multa, compensatória no valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato.

**13.3** As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**13.4** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

### 14 – AS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1** A empresa contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, acréscimos ou supressões determinadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor adjudicado, na forma do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93 atualizada;

**14.2** Os casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente;

**14.3** Os veículos disponibilizados para a prestação dos serviços deverão obedecer, no mínimo, as características básicas constantes do Termo de Referência

**14.4** O ICMBio não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos respectivos veículos e de seus condutores e será de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de quaisquer multas oriundas de infrações de trânsito, qualquer dano causado a seu veículo a serviço da Contratante, bem como prejuízos causados a terceiros ocorridos durante a prestação dos serviços.

## 15 – RESUMO DA PLANILHA DE CONSOLIDAÇÃO DE PREÇOS

<b>Função</b>	<b>Quantidade de Postos de Trabalho</b>	<b>Preço Total Mensal (R\$)</b>	<b>Preço Total Mensal (R\$)</b>
Posto de vigilância armada, Diurno 12x36 de segunda-feira a domingo.	29	145.272,41	<b>299.115,98</b>
Posto de vigilância armada, Noturno 12x36 de segunda-feira a domingo.	26	153.843,57	
<b>Preço Global Anual</b>			<b>3.589.391,76</b>

**OBS 1:** A estimativa deverá ser baseada no piso salarial estabelecido na Convenção Coletiva de trabalho atualizada da categoria de Vigilante do estado, onde serão prestados os serviços.

**OBS 2:** A Empresa detentora do melhor preço deverá encaminhar junto com as planilhas o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho atualizada da categoria de vigilante de cada estado da federação.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.  
CEP: 70670350 - Telefone: (61) 3341-9411 – Fax: (61) 3341-9482

**ANEXO I/A**  
**PLANILHA COMPARATIVA DE PREÇOS**

**ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS DE QUANTITATIVOS, PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAL**  
**LIMITE MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS)**

**ITEM 01**

**UNIDADE:** RESEX do Lago Cuniã/RO

**Endereço:** Sede Administrativa: Av. Lauro Sodré, nº 6.500, Bairro Aeroporto, Porto Velho-RO- CEP 76.803-260 - Fone: (69) 3225-7881

**Posto de Guarda e Alojamento, Alojamento 02 e Laboratório, Abatedouro de Jacarés, Posto de Guarda Flutuante, Posto de Guarda Cearazinho**

DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Posto de Guarda e Alojamento, Alojamento 02 e Laboratório, Abatedouro de Jacarés, Posto de Guarda Flutuante, Posto de Guarda Cearazinho, ,Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.</b>	05	05	10	21.302,50	23.367,75	44.670,25
<b>VALOR ANUAL DO ITEM 01 R\$</b>						<b>536.043,00</b>

**GRUPO 01**

**ITEM 02**

**Endereço:** Loteamento Cidade Alta s/nº - CEP nº 57.820-000 – Murici -AL

DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>ESEC Murici - Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.</b>	01	01	02	4.330,70	5.056,86	9.387,56
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>112.650,72</b>

<b>ITEM 03</b>						
<b>Unidades: APA Piaçabuçu e Embarcação do ICMBio (Barco OPARA)</b>						
<b>Endereço: Av. Beira-Mar, s/nº, Povoado Pontal do Peba – Piaçabuçu/AL – CEP: 57.210-000</b>						
Bairro Centro, s/nº - Paralelo a rua Duque de Caxias, margens do Rio São Francisco-Penedo-AL						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>APA Piaçabuçu e Embarcação do ICMBio (Barco OPARA)</b> - Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	02	02	04	8.661,40	10.113,72	18.775,12
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>225.301,44</b>
<b>TOTAL GERAL DO GRUPO I</b>						<b>337.952,16</b>

<b>GRUPO II</b>						
<b>ITEM 04</b>						
<b>UNIDADE: Parque Nacional da Serra da Canastra</b>						
<b>Endereço: Sede Administrativa: Av Tancredo Neves, nº 498 – Centro – Port. Casaca D'Antas – São Roque de Minas/MG- Contato: (37) 3433-1195</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Postos nas Postarias da Unidade</b> , Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	03	04	07	16.968,93	25.076,24	42.045,17
<b>VALOR ANUAL DO ITEM R\$</b>						<b>504.542,04</b>

<b>ITEM 05</b>						
<b>UNIDADE: Sede Administrativa: Floresta Nacional de Paraopeba/MG</b>						
<b>Endereço: Rua Barão Antônio Cândido, 357 – Centro – Paraopeba/MG</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Postos nas Postarias da Unidade</b> , Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	00	01	01	00	6.269,06	6.269,06
<b>VALOR ANUAL DO ITEM R\$</b>						<b>75.228,72</b>

<b>ITEM 06</b>						
<b>UNIDADE: Sede Administrativa: Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa/MG</b>						
<b>Endereço:</b> Alameda dos Lírios, 115 – Lundcécia- Lagoa Santa/MG - <b>Contato: (31) 3681-3172</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Postos nas Postarias da Unidade</b> , Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	01	01	02	5.656,31	6.269,06	11.925,37
<b>VALOR ANUAL DO ITEM R\$</b>						<b>143.104,44</b>
<b>TOTAL GERAL DO GRUPO II</b>						<b>722.875,20</b>

**GRUPO III**

<b>ITEM 07</b>						
<b>UNIDADE: ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JARI</b>						
<b>Endereço:</b> Escritório de Apoio: Rua Loteamento Institucional, Área Administrativa, Bloco B, S/Nº Monte Dourado/PA e. <b>Base I:</b> Distrito de Monte Dourado/PA, cidade de Almeirim-PA - , CEP 68240 000						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>ESEC DE JARI</b> - Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	02	02	04	10.394,42	12.948,48	23.342,90
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>280.114,80</b>

<b>ITEM 08</b>						
<b>Unidade: Floresta Nacional de Tapajós</b>						
<b>Endereço:</b> Avenida Tapajós, 2267 – Laguinho, Santarém/PA - CEP:68.040-000 - Tel:(93) 3523.2964						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	DIURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Santarém/PA- UCs: Sede da FLONA de Tapajós- RESEX Tapajós-Arapium-</b> Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>Belterra/PA, Base da FLONA de Tapajós-</b> Km 67 da BR 163, Posto de vigilância armada, 12x36, de segunda-feira a domingo.	01	00	01	5.197,21	00	5.197,21



<b>BelterraPA, Base da FLONA de Tapajós-Km</b> 117 da BR 163, Posto de vigilância armada, 12x36, de segunda-feira a domingo.	01	00	01	5.197,21	00	5.197,21
<b>Placas/PA, Base da FLONA de Tapajós-Km 166</b> da BR 163, Posto de vigilância armada, 12x36, de segunda-feira a domingo.	01	00	01	5.197,21	00	5.197,21
<b>Rurópolis/PA, Base da FLONA de Tapajós-Km</b> 211 da BR 163, Posto de vigilância armada, 12x36, de segunda-feira a domingo.	01	00	01	5.197,21	00	5.197,21
<b>Belterra/PA, Base da FLONA de Tapajós-</b> Comunidade de São Domingos, dentro da Flona, Posto de vigilância armada, 12x36, de segunda- feira a domingo.	01	00	01	5.197,21	00	5.197,21
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>451.890,00</b>

<b>ITEM 09</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa em Oriximiná/PA</b>						
<b>Endereço:</b> Praça da Feirinha s/nº, Centro –Distrito Porto Trombetas- Oriximiná /PA -CEP: 68.275-000 - <b>Tel:</b> (93) 3549- 7698/7664/7229						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Oriximiná/PA- UCs: FLONA Mulata -FLONA Sa-</b> <b>racá-Taquera -REBIO Rio Trombetas-</b> Posto de vi- gilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda- feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 10</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa em Curuçá/PA</b>						
<b>Endereço:</b> Rua General Gurjão, 748 — Centro. Município de Curuçá/PA. - CEP 68750-970 - Tel: (91) 3323-4582						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Curuçá/PA- UCs: RESEX Mãe Grande do Cu-</b> <b>ruçá - RESEX São João da Ponta -RESEX Mara-</b> <b>canã - RESEX Chocoaré Mato Grosso-</b> Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda- feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 11</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa em Parauopebas/PA</b>						
<b>Endereço: Rua J, nº 202 – Bairro União – Parauapebas/PA -CEP: 68.515-000 - Tel: (94) 3346-3522</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Parauopebas/PA- UCs: APA do Igarapé-Gelado, FLONA Carajás - FLONA Itacaiúnas -FLONA Tapirapé-Aquiri - REBIO Tapirapé</b> Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL - R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 12</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa em Breves/PA</b>						
<b>Endereço: Travessa 30 de novembro, nº 2.736 – Cidade Nova – Breves/PA – CEP: 68.800-000 - Tel: (91) 3783-1569</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Breves/PA- UCs: FLONA Caxiuanã - RESEX Gurupá-Gelado-RDS Itatupã-Baquiá - RESEX Mapuá - RESEX Arioca-Pruanã-RESEX Terra Grande –Pracuúba - RESEX Verde para Sempre</b> Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL - R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 13</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa em Itaituba/PA</b>						
<b>Endereço: Av. Brigadeiro Haroldo Veloso, nº 975, Bairro Centro, Itaituba-PA -Tel.:(93) 9182-6282 –Ricardo</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Itaituba/PA- UCs: CR-03-APA Tapajós-FLONA Amana-FLONA Crepori-FLONA de Altamira-FLONA de Itaituba I-FLONA de Itaituba II-FLONA Jamanxim-FLONA Trairão-PARNA Amazônia - PARNA Jamanxim-PARNA Rio Novo-REBIO Serra do Cachimbo -</b> Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 14</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa em Altamira/PA</b>						
<b>Endereço: Rua Ernesto Passareli, 2233, SUDAN – Altamira-PA – CEP 68373-000</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Altamira/PA- UCs: ESEC Terra do Meio-PARNA Serra do Pardo-RESEX Rio Iriri-RESEX Rio Xingu-RESEX Riozinho do Anfrísio</b> -Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 15</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa em Bragança/PA</b>						
<b>Endereço: Av. Nazeazeno Ferreira s/n, entre Vigário Mota e 07 de Setembro, Centro. Bragança – PA – CEP 68.600-000- Tel: (91) 3323-4582</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Bragança/PA-UCs: RESEX Tracuateua-RESEX Caeté-Taperaçu, RESEX Gurupi-Piriá-RESEX Araí Peroba</b> -Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 16</b>						
<b>Unidade: Sede Administrativa do PARNA Serra do Pardo/PA</b>						
<b>Endereço: Base Operativa 1 – BOPP1(antiga fazenda Pesqueira do Xingu) –Parna Serra do Pardo a margem esquerda do rio Xingu na coordenada 5°46'24"W. Acesso de barco (voadeira) a 1 dia e meio ou 1h de avião, mas de São Feliz do Xingu/PA são 4 H de voadeira. Marcos Rocha (93)91299630/</b>						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>São Félix do Xingu/PA-UCs: PARNA Serra do Pardo</b> Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>140.057,40</b>

<b>ITEM 17</b>						
----------------	--	--	--	--	--	--

<b>Unidade: Sede Administrativa em Soure/PA</b>						
<b>Endereço:</b> Terceira Rua s/n. Bairro São Pedro-Soure,- Pará.CEP 68.870-000 - (91) 3224-5899						
DESCRIÇÃO	ESCALA			VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL		VALOR TOTAL MENSAL
	DIURNO	NOTURNO	TOTAL DE POSTOS	DIURNO	NOTURNO	
<b>Soure/PA- UCs: RESEX Soure</b> - Posto de vigilância armada, 12x36, ininterrupto, de segunda-feira a domingo.	01	01	02	5.197,21	6.474,24	11.671,45
<b>VALOR ANUAL R\$</b>						<b>140.057,40</b>
<b>TOTAL GRUPO III</b>						<b>1.992.521,40</b>
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>3.589.391,76</b>



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.  
CEP: 70670350 - Telefone: (61) 3341-9411 – Fax: (61) 3341-9482

## ANEXO II

(Redação dada pela Portaria Normativa nº 7, de 09 de março de 2011)

### Anexo III-A - Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

#### MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Intervalo Intrajornada	
H	Outros (especificar)	
	<b>Total da Remuneração</b>	

#### MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>	

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

#### MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	<b>Total de Insumos diversos</b>	

Nota: Valores mensais por empregado.

#### MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS:

4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	NSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	NCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
<b>TOTAL</b>			

Nota (1) - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota (2) - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	
<b>TOTAL</b>		

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	Afastamento Maternidade:	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	
<b>TOTAL</b>		

Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão

4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	
<b>TOTAL</b>		

**Obs: Retificado o item "B" do Submódulo 4.4 - provisão para rescisão publicado no Diário Oficial da União nº 63, Seção I, página 92, em 1º de abril de 2011.**

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por Acidente de trabalho	

F	Outros (especificar)	
Subtotal		
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	
<b>TOTAL</b>		

**Quadro - resumo – Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas**

<b>4</b>	<b>Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	13 ° salário + Adicional de férias	
4.2	Encargos previdenciários e FGTS	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
<b>TOTAL</b>		

**MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

<b>5</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos		
B	Tributos		
	B.1. Tributos Federais (especificar)		
	B.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos Municipais (especificar)		
	B.4 Outros tributos (especificar)		
C	Lucro		
	<b>Total</b>		

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

**Anexo III – B - Quadro-resumo do Custo por Empregado**

	<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>(R\$)</b>
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B +C+ D)		
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
<b>Valor total por empregado</b>		

**Anexo III-C - Quadro-resumo – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

<b>Tipo de serviço</b>	<b>Valor proposto por empregado</b>	<b>Qtde de empregados por posto</b>	<b>Valor proposto por posto</b>	<b>Qtde de postos</b>	<b>Valor total do serviço</b>
<b>(A)</b>	<b>(B)</b>	<b>(C)</b>	<b>(D) = (B x C)</b>	<b>(E)</b>	<b>(F) = (D x E)</b>
I Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
... Serviço .. (indicar)	R\$		R\$		R\$
<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)</b>					

**Anexo III-D - Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA**

Valor Global da Proposta		
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço X nº meses do contrato).	

Nota (1): Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

### ANEXO III-E – Complemento dos Serviços de Vigilância

#### VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DO POSTO	Nº DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
I.	44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta - feira envolvendo 1 (um) vigilante.			
II.	12 horas diurnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
III.	12 horas noturnas, de segunda - feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.			
IV.	12 horas diurnas, de segunda a sexta - feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas .			
V.	12 horas noturnas, de segunda a sexta - feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas .			
	Outras - (especificar)			
<b>TOTAL</b>				

**Nota: Nos casos de incluir outros tipos de postos observar o disposto no § 2º do art. 50 da Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008.**





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 10 da Lei nº 9.605/98.

A empresa abaixo qualificada, interessada em participar do **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº /2011** declara, sob as sanções cabíveis, de que não está sob pena de interdição temporária de direitos de que trata o art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/98.

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Tel. e Fax: \_\_\_\_\_

Endereço/CEP: \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do declarante  
(número da identidade ou do CPF)



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.

#### ANEXO IV

### AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONTA VINCULADA PARA DEPÓSITO DAS PROVISÕES

Em cumprimento do disposto no art. 19-A e no Anexo VII, da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, com as alterações introduzidas pela IN SLTI/MPOG nº 3, de 15/10/2009 (DOU de 16/10/09), a empresa:

\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, à  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_ e CEP  
\_\_\_\_\_, **AUTORIZA** o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -  
ICMBio a:

- 1- Abrir, em seu nome e em instituição financeira oficial, uma conta corrente vinculada, na qual serão depositados os valores descritos abaixo.
- 2- Deduzir de suas faturas mensais os valores correspondentes às provisões para 13º salário, férias e abono de férias, adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa e impacto sobre férias e 13º salário, dos seus empregados vinculados à contratação decorrente do Pregão nº \_\_\_\_\_/2011, Processo nº \_\_\_\_\_ nos montantes determinados pelo Anexo VII, item 10, da da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, com as alterações introduzidas pela IN SLTI/MPOG nº 3, de 15/10/2009, os quais serão depositados na conta referida acima.

A aplicação destas disposições ficará condicionada à celebração de convênio entre a Contratante e uma instituição financeira oficial, ainda a ser determinada, o qual terá efeito subsidiário às Instruções Normativas citadas neste documento e determinará as condições para abertura, acesso e movimentação da conta corrente vinculada.

**Declara**, ainda, ter conhecimento de que os valores depositados somente poderão ser movimentados ou sacados mediante autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICM-Bio, exclusivamente para as situações previstas na Instrução Normativa IN SLTI/MPOG nº 3, de 15/10/2009.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

\_\_\_\_\_  
representante da licitante

Qualificação do representante:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo ou função: \_\_\_\_\_

Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_

Tipo: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.

## ANEXO V

### **AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO E DEPÓSITO DOS VALORES RELATIVOS AO FGTS E PARA RETENÇÃO E PAGAMENTO DOS SALÁRIOS EM ATRASO DIRETAMENTE AOS EMPREGADOS.**

Em cumprimento do disposto nos Incisos II e IV do Artigo 19-A da IN SLTI/MPOG nº 2/2008, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 3, de 15/10/2009 (DOU de 16/10/2009), a empresa: \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, à \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_ e CEP \_\_\_\_\_, **AUTORIZA** o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a deduzir de suas faturas:

Mensalmente, os valores devidos ao fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, relativos aos empregados vinculados ao contrato para prestação dos serviços terceirizados, objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2011, processo nº \_\_\_\_\_, depositando-os diretamente nas respectivas contas vinculadas; e

O valor correspondente aos salários e demais verbas trabalhistas devidas aos empregados, sempre que o pagamento não for efetuado no prazo legal, ou for pago com falta ou incorreção, e até à regularização da obrigação, depositando-os nas respectivas contas correntes ou contas salário.

**Declara**, ainda, que dentro do prazo de 10 (dez) dias da assinatura do Contrato para a prestação dos serviços fornecerá ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a relação individualizada dos empregados, indicando o nome e o número (código) do Banco, da Agência e da Conta vinculada para depósito do FGTS; o nome e o número (código) do Banco, da Agência e da Conta Corrente para depósito dos salários, nome e CPF do empregado, sua função e o valor total de sua remuneração, bem como todos os demais dados necessários para o cumprimento das disposições desta autorização.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

\_\_\_\_\_  
representante da licitante

Qualificação do representante:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo ou função: \_\_\_\_\_

Documento de identidade nº: \_\_\_\_\_

Tipo: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.

## **ANEXO VI**

### **DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaramos que a Empresa \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_ compareceu ao ICMBio para vistoriar as instalações onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº /2011.

, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante/CRA

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante do ICMBio



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.

## ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO Nº /2011

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A EMPRESA

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Autarquia Federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, criado pela Lei nº 11.516, de 28/08/2007, com sede e foro em Brasília-DF, e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito no CNPJ sob nº. 08.829.974/0002-75, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Diretora da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, **SILVANA CANUTO MEDEIROS**, portadora da CI nº 1041735083 – SSP/RS e do CPF nº 552.228.890-68, residente e domiciliado em Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 069/2007, publicada no DOU de 13/11/2007, e a Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº , com sede no , CEP: /UF, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. , portador da CI nº e CPF nº , residente e domiciliado em /UF, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, observando o que consta do Processo nº elaborado em conformidade com a Lei nº 10.520/02, Decretos 5.450/05, 3.931/01, 6.204/07 e 8.666/93, e alterações posteriores e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação sob demanda de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada de forma contínua, para atender unidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, conforme **Anexo I**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Instrumento de Contrato e seus Anexos guardam inteira conformidade com os termos do Edital de **Pregão Eletrônico nº /2011**, Processo nº **2070.002963/2011-19**, do qual é parte integrante, como se aqui estivesse integralmente transcrito, vinculando-se, ainda, a proposta da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

##### Caberá a **CONTRATADA**:

- a) prestar os serviços de vigilância armada, 12x36 ininterrupta, inerentes ao desempenho de suas funções;
- b) submeter ao **CONTRATANTE** a relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, mencionando os respectivos endereços residenciais e local de trabalho, comunicando qualquer alteração;
- c) comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra empregada, mediante Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
- d) implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, mão-de-obra no respectivo posto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;

e) fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria;

f) fornecer no mínimo 04 (quatro) uniformes por ano e seus complementos aos vigilantes, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho:

1. calça;
2. camisa de mangas compridas e curtas;
3. cinto de nylon;
4. sapatos;
5. meias;
6. colete à prova de balas;
7. capacete;
8. quepe com emblema;
9. jaqueta de frio ou japona;
10. capa de chuva;
11. crachá;
12. rádio transreceptor HT de longo alcance para todos os postos;
13. revólver calibre 38;
14. cinto com coldre e baleiro;
15. munição calibre 38;
16. distintivo tipo broche;
17. livro de ocorrência;
18. cassetete;
19. porta cassetete;
20. apito;
21. cordão de apito;
22. lanterna de 3 pilhas;
23. pilha para lanterna.

g) oferecer munições de procedência do fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas;

h) recomendar ao vigilante que a arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio da **CONTRATANTE**, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

i) assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por seus próprios meios;

j) rever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação do Posto, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

k) apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do **CONTRATANTE**;

l) manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo **CONTRATANTE**, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do **CONTRATANTE**;

m) efetuar a reposição da mão-de-obra para o posto de serviço, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

n) atender, de imediato, as solicitações quanto às substituições da mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

o) instruir o vigilante quanto à necessidade de acatar as orientações do gestor do **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

p) relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada no posto de serviço;

q) inspecionar o posto de serviço no mínimo 1 (uma) vez por semana, em dias e períodos

alternados;

**r)** manter afixado no posto de serviço, em local visível, o número de telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**;

**s)** manter o vigilante no posto de serviço;

**t)** recrutar, selecionar e encaminhar os empregados, com o devido ATESTADO DE BOA CONDUTA e CERTIFICADO DE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE, devidamente atualizado na forma da legislação vigente;

**u)** manter seus empregados devidamente identificados e uniformizados;

**v)** encaminhar ao **CONTRATANTE**, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;

**x)** manter todos os turnos preenchidos, providenciando a imediata substituição dos empregados, designados para a execução dos serviços, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão, por solicitação do **CONTRATANTE**, e outros da espécie, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

**aa)** fornecer aos seus empregados, se for o caso, vale transporte, auxílio-alimentação, de acordo com o horário de trabalho, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

**bb)** os vales-transporte deverão ser concedidos pela **CONTRATADA** no valor referente ao itinerário de cada empregado. Para a promoção da isonomia na elaboração e julgamento das propostas apresentadas, deverá o licitante, tomar como base o valor unitário informado na CCT de cada estado da federação, devendo considerar o valor, calculado conforme segue: 22 dias x 2 x R\$ x,00;

**bb1)** as despesas realizadas pela **CONTRATADA** com a concessão de vales-transporte adicionais àqueles empregados que utilizam mais de uma condução diária para se locomoverem no percurso residência/trabalho/residência serão da responsabilidade da Unidade do ICMBio;

**bb2)** os valores correspondentes às despesas previstas no subitem anterior serão incluídos separadamente na fatura relativa ao mês subsequente ao de sua concessão, respeitado o mês de competência, devendo a **CONTRATADA** apresentar, juntamente com a respectiva fatura, planilha demonstrativa desses valores e cópia da documentação comprobatória do direito ao recebimento dos vales-transporte.

**cc)** apresentar Nota Fiscal/Fatura, acompanhada do(s) comprovante(s) de pagamento(s) do(s) empregado(s) e de recolhimento com o FGTS e INSS, do mês subsequente a prestação dos serviços;

**dd)** responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, ao patrimônio do **CONTRATANTE**, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados ou prepostos;

**ee)** registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão-de-obra, em caráter imediato e na eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

**ff)** fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

**gg)** responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993;

**hh)** manter durante a vigência do Contrato, e possíveis prorrogações, as mesmas condições para sua contratação, com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade gestor;

**ii)** encaminhar cópia dos recibos de entrega dos uniformes, até o 5º. dia útil do início da prestação dos serviços e após o transcurso de cada período, na forma prevista na Convenção/Dissídio Coletivo da Categoria, sendo vedado a cobrança ou desconto, de seus

empregados, de quaisquer valores referentes aos mesmos;

jj) Os valores correspondentes às despesas previstas no subitem anterior serão incluídos separadamente na fatura relativa ao mês subsequente ao de sua concessão, respeitado o mês de competência, devendo a Contratada apresentar, juntamente com a respectiva fatura, planilha demonstrativa desses valores e cópia da documentação comprobatória do direito ao recebimento dos vales-transporte.

kk) Os condutores deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual de acordo com as normas vigentes.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- b) indicar as áreas onde os serviços serão executados;
- c) proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;
- d) efetuar o pagamento dos serviços prestados nas condições estabelecidas neste contrato;
- e) solicitar à **CONTRATADA** todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- f) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
- g) solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento;
- h) relacionar as dependências das instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS**

Os serviços de vigilância armada serão executados, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, triagem, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais, operação de sistemas de segurança e rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, nos locais discriminados no Termo de Referência Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O Contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da **CONTRATANTE** por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

Pelos serviços executados, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal e anual das seguintes unidades:



ITEM	LOCAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
<b>TOTAL</b>			

### **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2011, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho:  
Natureza da Despesa: 339037  
Fonte de Recurso:  
Empenho da Despesa:

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – O crédito orçamento e a respectiva nota de empenho, referente às despesas dos exercícios futuros, serão indicados por meio de apostilamento específico.

### **CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO**

Este Instrumento poderá ser repactuado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite da apresentação da proposta, (ou da última repactuação), visando a adequação aos novos preços de mercado e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificada, de conformidade com o Decreto n.º 2.271, de 7/7/1997, IN n.º 03/2009 ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição à mencionada norma.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – O pagamento será efetuado pelo **ICMBio**, por meio de ordem bancária, ao banco a ser indicado pela Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, para pagamento.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Quando se tratar de recursos oriundos da Compensação Ambiental, o pagamento deverá ser precedido de Nota Técnica, acompanhada do ato de destinação dos recursos pela Câmara de Compensação Ambiental, que demonstre que o produto/serviço guarda pertinência com: o empreendimento que ensejou a compensação; a destinação dada pela Câmara de Compensação Ambiental; a unidade de conservação beneficiária; a ordem de prioridades estabelecida pelo art. 33 do Decreto nº 4.320/2002 e, será efetuado mediante crédito por ordem bancária, emitida diretamente pela Caixa Econômica Federal, em favor da **CONTRATADA**, até o 5º dia útil, contando da data de recepção do Ofício, encaminhado pelo **CONTRATANTE** certificando o recebimento e aceite do objeto contratado, devidamente acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, da informação da **CONTRATADA** e da autorização para realização desse, bem como atestando a condição de regularidade fiscal da **CONTRATADA**..

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** – No caso de incorreção nos documentos apresentados, serão eles restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo o **ICMBio** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – Para fins de habilitação ao pagamento, será procedida consulta "ON LINE" junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor - SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado, para verificação da situação da **CONTRATADA**, relativamente às condições de habilitação exigidas no Edital, bem como consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão impressos e juntados ao Processo próprio.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** – O pagamento mensal dos serviços somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e

Previdência Social — (**GFIP e SEFIP**), correspondente ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995 e ter sido fornecido aos empregados os vales-alimentação/refeição e vales-transporte, e a assistência médica, dentro dos prazos estipulados pela legislação pertinente.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** – As Notas Fiscais/Faturas, para pagamento deverão ser encaminhadas à Coordenação de Administração em Brasília/DF.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** – Quando ocorrer eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - As provisões realizadas pelo **CONTRATANTE** para o pagamento dos encargos trabalhistas listados a seguir, em relação aos empregados da **CONTRATADA** vinculados a esta contratação, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada de instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa:

- a) 13º salário;
- b) Férias e Abono de Férias;
- c) Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;
- d) Impacto sobre férias e 13º salário.

**SUBCLÁUSULA NONA** - A movimentação da conta vinculada será efetuada mediante autorização do **CONTRATANTE**, exclusivamente para o pagamento das obrigações citadas na subcláusula sétima, conforme a seguir:

- a) Sempre que necessite efetuar saques da conta vinculada, exclusivamente para pagamentos de valores relativos aos encargos citados nas subcláusulas sétima e oitava a **CONTRATADA** solicitará autorização ao **CONTRATANTE**;
- b) A solicitação citada no subitem anterior será acompanhada dos documentos que comprovem a ocorrência das obrigações trabalhistas e os respectivos prazos de vencimento;
- c) O **CONTRATANTE**, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, expedirá a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, contados da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa:
  - c1) Considerando o prazo citado acima, acrescido de eventuais dificuldades com a remessa postal dos documentos, tanto pelo **CONTRATANTE** como pela **CONTRATADA**, esta deverá encaminhar a solicitação mencionada na alínea c2 com antecedência suficiente para que a liberação ocorra tempestivamente.
  - c2) Caso ocorram atrasos nos pagamentos por falta da autorização por parte da Contratante, tendo esta cumprido o prazo, a responsabilidade pelas multas, demais acréscimos legais e sanções cabíveis, caberão exclusivamente à **CONTRATADA**.
- d) A autorização será exclusiva e especificamente para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos;

e) A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de três dias, a comprovação das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA** - O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou desde que obtenha maior rentabilidade, por outro definido no acordo de cooperação que será firmado pelo **CONTRATANTE** de acordo com a IN SLTI/MPOG nº 3/2009, Anexo VII.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados na subcláusula sétima, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Assim que notificada pelo **CONTRATANTE**, mediante ofício, a **CONTRATADA** providenciará a abertura da conta vinculada citada na subcláusula sétima, assinando, no ato de abertura e de regularização da conta corrente vinculada, termo específico da instituição financeira oficial que permita ao **CONTRATANTE** ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização por parte do **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Além dos encargos citados na subcláusula sétima, a contratada deverá depositar, integralmente, durante a primeira vigência do contrato, o montante de que trata o aviso prévio trabalhado, 23,33% da remuneração mensal de cada empregado vinculado a esta contratação.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Os valores provisionados para atendimento da subcláusula sétima serão discriminados conforme tabela abaixo:

**Reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas -  
Percentual incidente sobre a remuneração**

Item:	Índices		
13º Salário	8,33%		
Férias e Abono de Férias	12,10%		
Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa	5,00%		
<b>Subtotal</b>	<b>25,43%</b>		
Grupo A sobre Férias e 13º Salário *	7,39%	7,60%	7,82%
<b>Total</b>	<b>32,82%</b>	<b>33,03%</b>	<b>33,25%</b>

Aviso Prévio ao término do contrato: 23,33% da remuneração mensal =  $(7/30) \times 100$

\* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3%, referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previsto no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – A **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos seus trabalhadores, envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, quanto houver falha no cumprimento das obrigações pactuadas, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da **CONTRATADA** todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais a mesma se obriga a saldar na época devida.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – É assegurado ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou preposto, em razão de omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens do **CONTRATANTE** em decorrência da prestação dos serviços, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – O **CONTRATANTE** estipulará prazo à **CONTRATADA** para reparação de danos porventura causados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ÔNUS E ENCARGOS**

Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, à locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo nenhuma transferência do ônus ao **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, o **CONTRATANTE** designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – Da mesma forma, a **CONTRATADA** deverá indicar um preposto para, se aceito pelo **CONTRATANTE**, representá-la na execução do Contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** – O **CONTRATANTE** se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

Conforme o disposto no Inciso IX, do artigo 55, da Lei 8666/93, a **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, do referido Diploma Legal;

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do presente Contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido, com fundamento no art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993:

I – unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, I a XII e XVII, da Lei nº 8.666, de 1993;

II – por acordo entre as partes; e

III – judicialmente, nos termos da legislação.

**SUBCLÁUSULA QUINTA-** A rescisão unilateral acarretará as conseqüências previstas no art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** – A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do art. 78, da Lei nº 8.666/93, acarreta as conseqüências previstas nos Incisos II e IV do art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** – Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá o **CONTRATANTE** contratar as licitantes classificadas em colocação subsequente, observadas as disposições do Inciso XI, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, ou efetuar nova licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade de no mínimo 3 (três) meses a pós o término da vigência contratual, conforme previsto no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e item XIX, do art. 19, da Instrução Normativa 3/SLTI/MP, de 15/10/2009, com o objetivo de assegurar que todas as condições que serão assumidas, sejam cumpridas, mediante as opções por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) fiança bancária;
- c) seguro garantia.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Adjudicatária obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A garantia somente será restituída à Contratada após o integral cumprimento das obrigações contratuais.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Se a garantia a ser apresentada for em títulos da dívida pública, deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – Não será aceita garantia contratual que estipule isenção de responsabilidade contrária aos termos pactuados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa, rescindir o Contrato, caso a **CONTRATADA** venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei nº. 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 5% (cinco por cento), do valor do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – As multas referidas nesta cláusula serão descontadas de pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, ou cobradas judicialmente.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** – Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito como dívida ativa e cobrado judicialmente.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – No caso de aplicação de multa contratual, o **CONTRATANTE** poderá reter a liberação ou restituição da garantia contratual apresentada pela licitante vencedora contratada, conforme cláusula décima sexta, de forma a assegurar o adimplemento da penalidade pecuniária aplicada.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** – Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante vencedora contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** – A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, **SUBCLÁUSULA SEXTA** quando o atraso for devidamente justificado pela **CONTRATADA** e aceito pelo **CONTRATANTE**.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão também ser aplicadas concomitantemente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que tomar ciência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer recusa ou reclamação.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - É facultada a supressão além do limite acima estabelecido mediante acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

Este Contrato poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da execução deste contrato, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, Distrito Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelos representantes das partes.

Brasília – DF,                    de                    de 2011.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

## ANEXO I AO CONTRATO

### LOCAL, ENDEREÇOS DA UC, QUANTIDADE DE POSTOS E VIGILANTES

Item:

Endereço:

DESCRIÇÃO	ESCALA	LOCALIZAÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS		SOMA
			DIURNO	NOTURNO	

|

TOTAL DE POSTOS



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO  
SHCSW/EQSW 103/104, Lote 01, Complexo Administrativo Sudoeste, Módulo "B", Brasília – DF.

## **ANEXO VIII**

### **TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL\***

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

**RESOLVEM**

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:



Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que

somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO  
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO  
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

---

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

---

PAULO SÉRGIO DOMINGUES  
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

---

REGINA BUTRUS  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

**\*Termo de Conciliação Judicial celebrado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 05 de junho de 2003.**